

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MILENA EVELIN RODRIGUES DE FREITAS CARVALHO

**ESTUDO SOBRE REGIME TRIBUTÁRIO PARA PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE
CONSTRUÇÃO CIVIL RODOVIÁRIA**



**CURITIBA
2019**

MILENA EVELIN RODRIGUES DE FREITAS CARVALHO

**ESTUDO SOBRE REGIME TRIBUTÁRIO PARA PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE
CONSTRUÇÃO CIVIL RODOVIÁRIA**

Monografia apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como pré-requisito para obtenção do título de Especialista em MBA em Gestão contábil e Tributária – Turma B.

Orientador: Prof. Dr. Romualdo Douglas Colauto

CURITIBA
2019

Ao meu grande amor, Yuri Reis Frois!

AGRADECIMENTOS

Concluindo mais um desafio em minha vida, não poderia deixar de agradecer a minha família por compreender a minha ausência durante o período do curso e a confecção deste trabalho, em especial ao meu noivo Yuri Reis Frois que foi muito paciente sempre me incentivando para meu crescimento profissional e pessoal.

Agradecer deste o início deste projeto onde o professor Blênio Cezar Peixe que apoiou meu tema e me ajudou a criar toda a estrutura deste trabalho, sempre muito paciente, proporcionando muitas ideias durante suas orientações.

Gratidão eternas também para o meu orientador professor Dr. Romualdo Douglas Colauto, pois quando eu acreditava que estava tudo perdido, ele compreendeu os meus motivos e me ajudou a concluir este trabalho, pois sem ele não teria finalizado minha monografia. Muito obrigada professor por não desistir de mim!

Também agradecer a todos os colegas e professores do curso que de alguma me ajudaram a chegar até aqui, compartilhando suas experiências e conhecimentos.

E finalmente agradecer a Deus pela força, persistência, paciência e amor por mim!

RESUMO

Tendo em vista a elevada carga tributária brasileira, cabe aos empresários analisar qual melhor regime tributário optar para que assim sejam evitados ônus desnecessários para a empresa, a fim da mesma se manter competitiva no mercado. Os cuidados na hora da escolha do regime tributário são fundamentais para a saúde da organização, visto que os impostos incidem sobre os resultados da empresa, afetando diretamente o seu desenvolvimento econômico. O motivo da escolha pelo segmento da atividade de prestação de serviços de obras e manutenções rodoviárias se deu por conta que, a principal forma de ingresso no mercado é através de licitações, visto que a maioria das manutenções e serviços de obras rodoviárias se tratam de vias públicas, onde há concorrência ampla e os impostos na maioria das vezes apresentam o maior percentual sobre o faturamento, afetando assim o preço final que acaba interferindo na classificação junto aos demais concorrentes, garantindo ou não novos contratos de prestação de serviços.

Palavras-chaves: Regimes Tributários. Empresas. Impostos. Serviços e Obras Rodoviárias.

ABSTRACT

In view of the high Brazilian tax burden, it is up to the businessmen to analyze which best tax regime to choose. In view of the high Brazilian tax burden, it is up to the businessmen to analyze which best tax regime to choose so that unnecessary burdens for the company are avoided, in order to remain competitive in the market. Care at the time of choosing the tax regime is fundamental to the health of the organization, as taxes are imposed on the company's results, directly affecting its economic development. The reason for choosing the segment of road works and maintenance services was that the main way to enter the market is through bids, since most road works maintenance and services are public roads, where there is wide competition and taxes most often have the highest percentage on revenues, thus affecting the final price that ends up interfering with the classification with other competitors, whether or not guaranteeing new service contracts.

Keywords: Tax Regimes. Companies. Taxes. Services and Road Works.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 QUESTÃO DE PESQUISA.....	7
1.2 OBJETIVO GERAL	8
1.3 JUSTIFICATIVAS	8
2. REVISÃO DE LITERATURA	9
2.1 REGIMES TRIBUTÁRIOS.....	9
2.2 SIMPLES NACIONAL.....	Erro! Indicador não definido.
2.3 LUCRO PRESUMIDO	13
2.4 LUCRO REAL	16
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	18
4. ANÁLISE DOS REGIMES TRIBUTÁRIOS PARA EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE OBRAS E MANUTENÇÕES RODOVIÁRIAS	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS.....	22
ANEXO 1 - ALÍQUOTAS E PARTILHA DO SIMPLES NACIONAL	25

1 INTRODUÇÃO

Devido ao elevado nível da carga tributária aplicada no Brasil, estão sendo desenvolvido nos últimos anos, grandes estudos e simulações na tentativa da redução constitucional tributária das pessoas jurídicas. As empresas buscam novas formulações para conseguir redução de seus custos e assim oferecer ao mercado produtos adaptados a competitividade (SANTOS, 2018).

Toda empresa busca a obtenção de lucros em troca da exploração de sua atividade, e para que haja rentabilidade é necessária profunda análise dos regimes tributários e o modo de tributação, a fim de contemplar as necessidades da empresa e sua melhor aplicação. É de grande importância que o estudo sobre os possíveis regimes tributários seja realizado para a estruturação dos custos, pois é indiscutível o reflexo da incidência de tributos no custo para a formação do preço final a fim de obter lucro nas instituições.

Para que se mantenha a qualidade da saúde financeira das organizações, se faz necessário identificar no início de cada ano qual a forma de pagamento dos tributos menos onerosa para evitar despesas desnecessárias e maximizar o lucro das empresas. As organizações poderão optar pelos seguintes regimes tributários: Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real, visto que estas opções são irrevogáveis durante todo o ano calendário. A opção pelo Lucro Real e Presumido são definidos com o primeiro pagamento de tributos referente a competência de janeiro que vence no mês de fevereiro, já o Simples Nacional, a sua escolha deverá ser definida até o dia 31 de janeiro.

1.1 QUESTÃO DE PESQUISA

Quais os regimes tributários que melhor se adequam para as empresas brasileiras prestadoras de serviços de obras e manutenções rodoviárias?

1.2 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do estudo consiste em prover uma revisão bibliográfica sobre os regimes tributários que se adequam para empresas prestadoras de serviços de obras e manutenções rodoviárias.

1.3 JUSTIFICATIVAS

Para que os objetivos deste trabalho sejam alcançados se faz necessário que haja um profundo conhecimento teórico, principalmente da legislação que abrange todas as normas e regulamentações de cada regime tributário. A escolha deste tema foi determinada por meio do interesse de ampliar o conhecimento sobre os regimes tributários incidentes no Brasil, visto que a carga tributária representa grande parcela nas despesas das empresas.

Na condição de administradora por formação, sinto a necessidade de adquirir novos conhecimentos nessa área, visto que o meu dever profissional é colaborar com o crescimento da empresa a qual trabalho, e também para o meu crescimento profissional. Com este estudo será possível compreender de uma forma mais clara sobre a tributação aplicada em nosso país, em especial aos tributos aplicados a empresa prestadora de serviços e obras em rodovias, que é a atividade principal da empresa em que trabalho atualmente.

Este trabalho é para pessoas interessadas em conhecer aspectos tributários para empresas brasileiras prestadoras de serviços de obras e manutenções rodoviárias. Diversas empresas brasileiras possuem a mesma atividade econômica e buscam obter mais lucratividade sem que haja ônus tributários desnecessários, contribuindo assim para formação de custos e preços, tornando assim competitivos os serviços prestados.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 REGIMES TRIBUTÁRIOS

As empresas que são constituídas no Brasil de maneira legal podem ser enquadradas pela legislação tributária em cinco casos distintos, em relação a maneira de tributar sobre seus resultados: Simples Nacional, Lucro presumido, Lucro real, lucro arbitrado e imune/isenta.

O Simples Nacional é exclusivamente para empresas que são enquadradas como microempresas e empresa de pequeno porte. Já as empresas bastante lucrativas podem optar pelo Lucro presumido, que possui como base de cálculo apenas as receitas da empresa.

O Lucro presumido é um conceito tributário. Possui a finalidade de facilitar o pagamento do IR, sem necessitar de uma complexa apuração do lucro real que a contabilidade eficaz pressupõe, ou seja, é possível apurar o resultado antes do último dia útil do mês seguinte ao encerramento de trimestre (FABRETTI, 2017). Lucro Real “é o lucro líquido do período de apuração (apurado contabilmente) ajustado pelas adições, exclusões e compensações, quando houver, prescritas na legislação, para fins de determinar o chamado “Lucro Real” (ALVES, 2018, p.15). O Lucro arbitrado é decorrente da impossibilidade de os tributos serem calculados pelas vias originais ou da não validade da escrituração contábil.

Antigamente, grande parte das pequenas e microempresas atuavam de maneira informal, deixando assim de pagar seus tributos, com isso também os trabalhadores ficavam a deriva em relação Assistência e Previdência Social. Afim de regularizar essas empresas, foi criado o Simples, regime no qual os empresários contribuíam com um percentual referente ao faturamento em substituição aos tributos federais devidos, onde com apenas um pagamento mensal a empresa quitava IRPJ, CSLL, Pis, Cofins, IPI e Contribuição ao INSS patronal (HACK, 2015).

2.2 SIMPLES NACIONAL

É apresentado a finalidade Lei Complementar nº 123/2006 no art. 1º:

Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito e dos Municípios, especialmente no que se refere:

I- À apuração e recolhimentos dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;

II- Ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;

III- Ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão

IV- Ao cadastro nacional único de contribuintes a que se refere o inciso IV do parágrafo único do art. 146, in fine, da Constituição Federal.(BRASIL, 2018)

No art. 3º da mesma lei citada acima é exibido a definição de empresa de pequeno porte ou microempresas, as de sociedades simples, empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário, este último é considerado os que praticam profissionalmente atividade econômica organizada para produzir ou circular bens e serviços conforme a Lei nº10.406, no art. 966, necessitando constar no Registro Civil de pessoas Jurídicas ou no Registro de Empresas Mercantis.

No Simples Nacional a pessoa jurídica é enquadrada como microempresa caso possua receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), e empresa de pequeno porte obtenha em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e inferior ou igual a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

No §1º é considerado receita bruta, o produto da venda de bens e serviços da própria empresa, o preço dos serviços prestados e as comissões pela intermediação de negócios (resultado de operações em conta alheia), não incluso as devoluções (vendas canceladas) e nem os descontos incondicionais concedidos. (BRASIL, 2018)

Tributos Unificados pelo Simples

Higuchi (2017) explica que o Simples Nacional terá que ser recolhido mensalmente pela pessoa jurídica, e conforme destacado no art. 13 da LC nº123, de 2006, por meio de um único documento de arrecadação, onde consta a junção de

alguns impostos e contribuições, como IRPJ, IPI, CSLL, COFINS, PIS/Pasep, INSS patronal, ICMS e ISS (Podendo haver exceção nesses últimos três impostos).

O Autor ainda destaca alguns tipos de tributos que não estão compreendidos na guia única de arrecadação como, imposto de importação e exportação, IOF, ITR, IR sobre rendimento de aplicações de renda variável e fixa, a CPMF, O IR sobre ganho na alienação de bens, contribuição do FGTS, o IR retido de terceiros, INSS por parte do trabalhador, e IPI, PIS/Pasep, COFINS incidentes sobre importação de bens e serviços. E também não está incluído na guia única de pagamentos o ICMS, ISS e a contribuição social do INSS caso estejam listados nas exceções.

Cálculo do Simples Nacional

O cálculo do Simples Nacional é regulamentado pela Lei Complementar nº 123/2006, e foi separado em diversas atividades, onde será apresentado neste trabalho apenas as alíquotas voltadas para o segmento em estudo, que no caso é o setor da construção civil.

Art. 18. O valor devido mensalmente pela microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional será determinado mediante aplicação das alíquotas efetivas, calculadas a partir das alíquotas nominais constantes das tabelas dos Anexos I a V desta Lei Complementar, sobre a base de cálculo de que trata o § 3º deste artigo, observado o disposto no § 15 do art. 3º. (BRASIL, 2006)

A atividade de construção de imóveis e obras de engenharia em geral são citadas no § 5º-C como atividades de prestação de serviços que deverão ser tributadas conforme a tabela constante no anexo IV da LC 123/06, sendo excluída a Contribuição Patronal Previdenciária o qual deverá ser recolhida conforme a legislação prevista para os contribuintes.

Art 18 §1º Para efeito de determinação da alíquota nominal, o sujeito passivo utilizará a receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao do período de apuração (BRASIL,2019).

Conforme apresentado no art.18 §1º A – a alíquota efetiva resulta do seguinte cálculo:

$$\frac{RBT12 \times \text{Alíquota} - PD}{RBT12}$$

Onde:

I - RBT12 é a receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao período de apuração.

II - Alíquota: alíquota nominal constante dos Anexos I a V desta Lei Complementar.

III - PD: parcela a deduzir constante dos Anexos I a V desta Lei Complementar.

Prestadores de Serviço com INSS Incluído no Super Simples

Com a intenção de possibilitar o aumento da competitividade para determinados setores da economia, foi publicada a Lei 12.546/2011, a desoneração da folha de pagamento. Chagas (2013) explica que há várias regras na desoneração da folha de pagamento, dentre elas a substituição da contribuição previdenciária patronal (20%) pelo recolhimento incidente sobre a receita auferida pelas empresas.

Por força da Lei nº 13.161/2015, a partir de 01/12/2015, a aplicação da CPRB é facultativa. Para as empresas do setor de construção civil, enquadradas nos grupos 412, 432, 433 e 439 da CNAE 2.0, a opção dar-se-á por obra de construção civil e será manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa à competência de cadastro no CEI ou à primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada para a obra, e será irretratável até o seu encerramento (BRASIL, 2017).

Prestadores de Serviços com INSS Pago em Função da Folha de Pagamento

Segundo Pegás (2018) algumas atividades da Lei complementar nº123/2006 possuem diferenciado tratamento, que permite a opção pelo Simples Nacional, mas

sem o INSS, o qual deverá ser recolhido separadamente. É apresentado no VI do art. 13 da LC 123/2006:

Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto no caso da microempresa e da empresa de pequeno porte que se dedique às atividades de prestação de serviços referidas no § 5º-C do art. 18 desta Lei Complementar (BRASIL, 2019).

No §5º-C do art. 18 da mesma Lei Complementar apontada anteriormente:

Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do **caput** do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis:

I - Construção de imóveis e obras de engenharia em geral, inclusive sob a forma de subempreitada, execução de projetos e serviços de paisagismo, bem como decoração de interiores.

2.3 LUCRO PRESUMIDO

Fabretti (2017) afirma que o também é um conceito tributário o Lucro Presumido, onde possui a finalidade de promover de forma fácil o pagamento do IR, sem ter a necessidade de recorrer a uma complexa apuração do lucro real que a contabilidade eficaz pressupõe.

Conforme Brasil (2017) no art. 59 da IN RFB nº 1.700, as pessoas jurídicas que podem optar pelo ingresso no regime do lucro presumido:

- a) cuja receita total no ano-calendário anterior tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou a R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicado pelo número de meses em atividade no ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses.
- b) que não estejam obrigadas à tributação pelo lucro real em função da atividade exercida ou da sua constituição societária ou natureza jurídica

O lucro presumido tem como base para sua tributação o CSLL e o IRPJ que é calculado sobre o percentual de presunção aplicado ao faturamento e as demais receitas. Esse percentual é estabelecido pelo governo, e varia conforme a atividade da empresa.

Base de Cálculo e Alíquotas

Santos (2018, p.10) explica que o Lucro Presumido é aprimorado com a aplicação da alíquota de 15% sobre a base de cálculo presumida, que é o percentual de presunção que pode variar de 1,6% a 32% sobre a receita bruta do trimestre. O autor acrescenta também sobre o adicional do Imposto de Renda que é devido caso exceda o valor de R\$ 60.000,00 no trimestre da parcela do Lucro Presumido, onde é aplicado 10% sobre o valor excedente, conforme consta nos artigos 541 e 542 do RIR/99. No caso das prestadoras de serviço de construção civil, onde as suas principais atividades atualmente estão relacionadas a manutenção e infraestruturas de rodovias, e conforme Brasil (2017) explica sobre o percentual de presunção:

“Deverão adotar o percentual de 32% (trinta e dois por cento) as atividades de construção, recuperação, ampliação ou melhoramento de infraestrutura, no caso de concessão de serviços públicos, independentemente do emprego parcial ou total de materiais”.

Lucro presumido trata-se de uma forma de tributação mais simplificada, para determinar a base de cálculo do CSLL e do IRPJ de pessoas jurídicas que não são obrigadas a apurar o lucro real naquele ano-calendário.

Periodicidade e Prazos de Recolhimento

Santos (2018) explica que a opção pelo Lucro Presumido é apresentada na primeira quota ou quota única do imposto devido referente ao primeiro período de apuração, sendo assim considerada definitiva para durante todo o ano-calendário.

O Lucro Presumido deverá ser calculado trimestralmente, podendo o contribuinte realizar quatro recolhimentos ao ano caso desejar. O imposto devido no primeiro trimestre deverá ser recolhido na data de vencimento que é último dia útil de abril. O Contribuinte pode optar também pelo parcelamento em três cotas iguais, o qual os pagamentos deverão ser realizados nos últimos dias de abril, maio e junho, com acréscimo de juros a partir da segunda quota. O parcelamento não será possível caso o valor das cotas forem inferiores a R\$ 1.000,00 (PÊGAS, 2018).

Mesmo que a opção pelo Lucro Presumido for no momento do pagamento do Imposto de renda, as empresas deverão recolher PIS e COFINS no mês subsequente aos fatos geradores, por exemplo, a empresa deverá recolher em fevereiro os impostos de PIS e Cofins sobre os fatos geradores de janeiro (HIGUCHI, 2017).

Cálculo Do IR e da CSLL

De acordo com os artigos 33 e 34 na IN RFB nº1700, são apresentados os percentuais que serão aplicados para o cálculo do IRPJ e CSLL conforme a atividade objeto deste estudo.

Art. 33. A base de cálculo do IRPJ, em cada mês, será determinada mediante a aplicação do percentual de 8% (oito por cento) sobre a receita bruta definida pelo art. 26, auferida na atividade, deduzida das devoluções, das vendas canceladas e dos descontos incondicionais concedidos.

§ 1º Nas seguintes atividades o percentual de determinação da base de cálculo do IRPJ de que trata o caput será de:

IV - 32% (trinta e dois por cento) sobre a receita bruta auferida com as atividades de:

e) construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura, no caso de contratos de concessão de serviços públicos, independentemente do emprego parcial ou total de materiais;

Art. 34. A base de cálculo da CSLL, em cada mês, será determinada mediante a aplicação do percentual de 12% (doze por cento) sobre a receita bruta definida pelo art. 26, auferida na atividade, deduzida das devoluções, das vendas canceladas e dos descontos incondicionais concedidos.

§ 1º O percentual de que trata o caput será de 32% (trinta e dois por cento) para as atividades de:

V - prestação de serviços de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura vinculados a contrato de concessão de serviço público, independentemente do emprego parcial ou total de materiais. (BRASIL, 2017)

Empresa de Serviços com Receita Anual até 120 Mil

Segundo Pêgas (2018), o Regulamento do Imposto de Renda (RIR), no art. 519, admite o percentual de 16%, exclusivamente para empresas prestadoras de serviços com faturamento anual de até 120 mil.

§ 4º A base de cálculo trimestral das pessoas jurídicas prestadoras de serviços em geral cuja receita bruta anual seja de até cento e vinte mil reais, será determinada mediante a aplicação do percentual de dezesseis por cento sobre a receita bruta auferida no período de apuração.

§ 5º O disposto no parágrafo anterior não se aplica às pessoas jurídicas que prestam serviços hospitalares e de transporte, bem como às sociedades prestadoras de serviços de profissões legalmente regulamentadas.

§ 6º A pessoa jurídica que houver utilizado o percentual de que trata o § 5º, para apuração da base de cálculo do imposto trimestral, cuja receita bruta acumulada até determinado mês do ano-calendário exceder o limite de cento e vinte mil reais, ficará sujeita ao pagamento da diferença do imposto postergado, apurado em relação a cada trimestre transcorrido.

§ 7º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, a diferença deverá ser paga até o último dia útil do mês subsequente ao trimestre em que ocorreu o excesso (BRASIL, 2018).

2.4 LUCRO REAL

É uma maneira mais complexa da apuração do IRPJ e CSLL, onde o fato gerador é o período ajustado pelas adições, exclusões e compensações conforme determinadas na legislação tributária (BRASIL, 1999). Conforme Art 59 da IN RFB nº1700, as empresas obrigadas ao regime de tributação do IRPJ com base no lucro real, que forem enquadradas nos itens abaixo:

I - cuja receita total no ano-calendário anterior tenha excedido o limite de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou de R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicado pelo número de meses de atividade no período, quando inferior a 12 (doze) meses;

II - cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, agências de fomento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;

III - que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;

IV - que, autorizadas pela legislação tributária, usufruem de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;

- V - que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma prevista nos arts. 33 e 34;
- VI - que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring); ou
- VII - que explorem as atividades de securitização de créditos imobiliários, financeiros e do agronegócio.

Base de Cálculo e Alíquotas

Fabretti (2017) explica que o Lucro Real é apurado após o resultado contábil do período-base, e que pode ser negativo (prejuízo) ou positivo (lucro). Então, presume-se que a escrituração deverá ser mensal e regular. Brasil (2018) no art. 258 do decreto nº 9.580 define o Lucro Real como “lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas por este Regulamento (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, caput) ”.

Ainda no mesmo decreto nº 9.580 no art 259 é apresentado o seguinte conceito “lucro líquido do período de apuração é a soma algébrica do lucro operacional, das demais receitas e despesas, e das participações, e deverá ser determinado em observância aos preceitos da lei comercial”. Conforme Santos (2018), esse sistema é aperfeiçoado com aplicação da alíquota de 15% sobre o Lucro Real. E há também a aplicação de 10% de Imposto de Renda sobre o valor excedente há R\$ 60.000,00 trimestral ou R\$ 20.000,00 mensais.

A tributação do Lucro Real pode ser anual ou trimestral, no caso anual o imposto ser recolhido por estimativa mensal, aplicando-se sobre a receita bruta mensal os percentuais idênticos ao regime do Lucro Presumido conforme apresentado no art. 2º da Lei nº 9.430/1996.

3 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho foi utilizado a pesquisa descritiva e explicativa, como tipologia da pesquisa quanto aos objetivos, pois conforme Gil (2002, p.42) a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características de um grupo determinando a natureza dessas relações. Quanto à pesquisa explicativa, o autor afirma que a preocupação central dessa tipologia visa identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de alguns fenômenos.

Os estudos que são empregados uma metodologia qualitativa, podem apresentar a complexidade de determinados problemas, analisando a interação das variáveis, compreendendo e classificando o processo de modificação de determinados grupos (RICHARDSON, 1999, p.80).

Para aquisição de conhecimento sobre os regimes tributários existentes no Brasil, foi necessário a pesquisa bibliográfica e legislativa, que segundo Gil (2002, p.44) explica que as pesquisas bibliográficas são baseadas em materiais existentes, principalmente livros e artigos científicos, o mesmo podemos dizer sobre a pesquisa legislativa que é baseada em leis e normas já publicadas.

Este trabalho irá utilizar do estudo de caso para abordagem dos procedimentos, que pode possuir propósitos distintos como explica Gil (2002, p.54): explorações da vida real, quais os limites não estão claramente definidos; Preservações do caráter do objeto a ser explorado; Descrição da real situação do contexto em está sendo realizado a investigação; Desenvolvimento de teorias e hipóteses; e Explicação das variáveis que causam determinados fenômenos em situações complexas onde não há possibilidade da utilização de experimentos e levantamentos.

Gil (2002) ainda explica sobre a pesquisa documental que utiliza materiais que ainda não foram analisados, ou que podem ser reelaborados conforme a necessidade da pesquisa. Devido a definição do autor, se fazer necessário também a utilização desta pesquisa, visto que será preciso analisar as informações contábeis financeiras da empresa onde este estudo está sendo aplicado.

4 ANÁLISE DOS REGIMES TRIBUTÁRIOS PARA EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE OBRAS E MANUTENÇÕES RODOVIÁRIAS

Um dos passos mais importante para o sucesso de uma empresa é a escolha do regime tributário, pois uma tomada decisão equivocada pode gerar pagamento de impostos desnecessários, podendo assim, comprometer a saúde financeira de uma empresa, ou até mesmos causar problemas com a Receita Federal, visto as exigências de cada regime.

Conforme levantamentos bibliográficos realizados, pode-se inferir que o Simples Nacional tem como vantagem em relação sobre os demais regimes, a de possuir uma única guia arrecadação todos os tributos (PIS/Pasep, IRPJ, CSLL, COFINS) e devido essa junção a alíquota de imposto torna-se menor em relação aos demais regimes tributários. Nesse regime é importante frisar que se enquadram empresas que possuem a receita bruta anual de até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos reais).

Já no Lucro Presumido qualquer empresa pode se cadastrar desde que possua receita bruta anual total de até R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) e que não esteja obrigada à tributação do Lucro Real. O Lucro presumido trata-se de uma tributação mais simplificada na hora de determinar a base de cálculo do CSLL e IRPJ, não necessitando de uma complexa apuração de lucros, como é o caso do regime tributário do Lucro Real. No caso das empresas Prestadoras de Serviços nas atividades de construção, recuperação, reforma, ampliação ou melhoramento de infraestrutura, o percentual de presunção sobre a receita bruta auferida é de 32%. Caso a empresa tenha um faturamento anual de até R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) o percentual de presunção baixa para 16%, benefício esse exclusivo para empresas prestadoras de serviços.

O Lucro Real já exige de uma forma mais complexa de apuração do IRPJ e CSLL, onde os impostos são apurados a partir do resultado contábil do período-base que se tratam das adições, exclusões ou compensações prescritas. Empresa com faturamento superior a R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) são obrigadas a se enquadrarem no Lucro Real, onde é necessário que a empresa seja

extremamente organizada com suas contas para que sejam apurados os impostos de maneira correta.

Vale ressaltar que além da análise das regras de cada regime tributário, é de suma importância analisar os resultados do exercício anterior e a previsão de faturamento do ano seguinte, para que através dessas informações sejam tomadas decisões legais e benéficas para as empresas Prestadoras de Serviços de Construção Civil e Rodoviária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A breve revisão bibliográfica realizada para desenvolvimento deste trabalho apresenta o quanto é importante o conhecimento sobre os regimes tributários brasileiros em especial para as empresas que possuem como atividade principal prestação de serviços de obras e manutenções de rodovias, onde foi apresentado a carga tributária de cada regime conforme os resultados das empresas que atuam nesse segmento.

O conhecimento prévio das normas legais sobre os regimes tributários brasileiros podem proporcionar a redução de custos e despesas tributárias, auxiliando assim na formação de preços mais competitivos e, conseqüentemente, podendo proporcionar sucesso nos negócios realizados pelas empresas.

A análise das diferentes formas de tributação é de fundamental importância, pois ao se optar pela melhor opção onde sejam eliminados ônus desnecessários, trazendo assim vários benefícios para organização, para que a mesma alcance todos os objetivos traçados.

REFERÊNCIAS

ALVES, LUIS. **Planejamento tributário – conceitos de práticas**. Rio de Janeiro, 2018 (Apostila). Disponível em: < <http://webserver.crcrj.org.br/APOSTILAS/A0912P0236.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

BEUREN, Ilse M. **Como elaborar trabalhos monográficos na contabilidade**. 3 ed. 2 reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. **Capítulo XIII - IRPJ - Lucro Presumido 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: < <http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/ecf-escrituracao-contabil-fiscal/perguntas-e-respostas-pessoa-juridica-2017-arquivos/capitulo-xiii-irpj-lucro-presumido-2017.pdf/view>>. Acesso em 02 nov.2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 05 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. **Lei nº12.814, de 16 de maio de 2013**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12814.htm>. Acesso em: 05 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. **Decreto nº9.580, de 22 de novembro de 2018**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9580.htm>. Acesso em: 10 nov. 2019

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. **Instrução normativa RFB nº1700, de 14 de março de 2017**. Disponível em: < <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=compilado&idAto=81268>>. Acesso em 02 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. **Instrução normativa RFB nº1436, de 30 de dezembro de 2013**. Disponível em: < <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=48917&visao=anotado>>. Acesso em 20 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. **Contribuições previdenciárias (pessoas jurídicas)**. Disponível em: < <http://receita.economia.gov.br/acesso-rapido/tributos/contribuicoes-previdenciarias-pj>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Receita Federal. **Contribuição Previdenciária - Anexo IV do Simples Nacional**. Disponível em: < <http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/cobrancas-e->

intimacoes/contribuicao-previdenciaria-anexo-iv-do-simples-nacional#cprb>. Acesso em: 19 jun. 2019.

CHAGAS, Rodrigo F.D. Desoneração na folha de pagamento na construção civil. **Construção em foco**. 3 ed. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.sinduscon-mg.org.br/wp-content/uploads/2016/11/f47a90eae5857fe27299bc42d779c5d5.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

FABRETTI, Láudio C. **Contabilidade tributária**. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HACK, Érico. **Direito tributário brasileiro**. Livro eletrônico. Curitiba: InterSaberes, 2015.

HIGUCHI, Hiromi. **Imposto de renda das empresas: interpretação e prática**. Atualizado até 15-02-2017. Disponível em: <<http://www.crcsp.org.br/portal/publicacoes/livros/imposto-de-renda-das-empresas.pdf>> Acesso em: 11 nov. 2019.

PÊGAS, Paulo H. B. **Manual de contabilidade tributária: análise dos impactos tributários das leis nº11.638/017, 11.941/09 e dos pronunciamentos emitidos pelo CPC**. 7 ed. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2011.

PÊGAS, Paulo H. B. **Manual de contabilidade tributária**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SANTOS, Paulo L. D. **Lucro: real- presumido- simples- melhor opção: uma análise prática e técnica de cálculos tributários**. 5 ed. Porto Alegre: Paixão, 2018.

ANEXO 1

Alíquotas e Partilha do Simples Nacional – Receitas decorrentes da prestação de serviços relacionados no §5º - C do art. 18 desta Lei Complementar.

Receita Bruta em 12 Meses (em R\$)		Alíquota	Valor a deduzir (em R\$)
1ª Faixa	Até 180.000,00	4,50%	-
2ª Faixa	De 180.000,00 a 360.000,00	9,00%	8.100,00
3ª Faixa	De 360.000,00 a 720.000,00	10,20%	12.420,00
4ª Faixa	De 720.000,00 a 1.800.000,00	14,00%	39.780,00
5ª Faixa	De 1.800.000,00 a 3.600.000,00	22,00%	183.780,00
6ª Faixa	De 3.600.000,00 a 4.800.000,00	33,00%	828.000,00

Faixa	Percentual de Repartição dos Tributos				
	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/ Pasep	ISS (*)
1ª Faixa	18,80%	15,20%	17,67%	3,83%	44,50%
2ª Faixa	19,80%	15,20%	20,55%	4,45%	40,00%
3ª Faixa	20,80%	15,20%	19,73%	4,27%	40,00%
4ª Faixa	17,80%	19,20%	18,90%	4,10%	40,00%
5ª Faixa	18,80%	19,20%	18,08%	3,92%	40,00%(*)
6ª Faixa	53,50%	21,50%	20,55%	4,45%	-----

(*) O percentual efetivo máximo devido ao ISS será de 5%, transferindo-se a diferença, de forma proporcional, aos tributos federais da mesma faixa de receita bruta anual. Sendo assim, na 5ª faixa, quando a alíquota efetiva for superior a 12,5%, a repartição será:

Faixa	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/ Pasep	ISS
5ª Faixa, com alíquota efetiva superior a 12,50%	(Alíquota efetiva – 5%) x 31,33%	(Alíquota efetiva – 5%) x 32,00%	(Alíquota efetiva – 5%) x 30,13%	(Alíquota efetiva – 5%) x 6,54%	Percentual de ISS fixo em 5%